

**Ronaldo Senra** Pedagogo, Mestre em Educação pelo PPGE/IE/UFMT. Pesquisador do GPEA/UFMT. **Samuel Borges de Oliveira Júnior** Biólogo, Mestre em Educação pelo PPGE/IE/UFMT. Doutorando pela UFSCAR. Pesquisador do GPEA/UFMT. **Herman Hudson de Oliveira** Músico, Secretário-Executivo da REMTEA. Pesquisador do GPEA/UFMT. **Michèle Sato** Doutora em Ciências. Docente do IE/UFMT. Coordenadora do GPEA/UFMT.

# Racismo Ambiental na Comunidade Quilombola de Mata Cavalo

As comunidades quilombolas representam biorregiões que são lócus de resistência da etnia negra. Este trabalho integra a pesquisa *Por uma contrapedagogia libertadora no Quilombo de Mata Cavalo*, que aborda questões sobre os processos educativos com base em justiça ambiental e racismo ambiental.

*Palavras-chaves: educação ambiental, Quilombo Mata Cavalo, racismo ambiental.*



The slave descendent communities (*quilombolas*) represent bioregions that are black ethnic resistance locus. This paper integrates the study *For a liberator contrapedagogy in the Mata Cavalo slave descendent Community* that broaches questions about education processes based on the environmental justice and racism concepts.

*Keywords: environmental education; environmental racism; Mata Cavalo Community.*

## INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas no processo histórico brasileiro representam biorregiões que são lócus de resistência da etnia negra. Os aspectos culturais e ambientais se entrelaçam nas percepções e lutas coti-

dianas nas relações destas comunidades, e uma dessas lutas quilombolas é o reconhecimento e regularização da terra onde vivem seus habitantes. A educação ambiental na perspectiva de uma educação política, por meio do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA/IE/UFMT), se propõe, no diálogo de saberes

da territorialidade da Comunidade Quilombola de Mata Cavalo, a abordar alguns aspectos relevantes quanto à resistência quilombola, à justiça ambiental e ao racismo ambiental.

O conceito de justiça ambiental torna-se fundamental para se trabalhar com quilombolas, já que a luta pela posse da terra e também os impactos ambientais irão atingir de forma mais acentuada os menos favorecidos economicamente. Assim, temos o conceito de racismo ambiental:

A constituição do movimento de justiça ambiental afirmou-se a partir de experiência concreta de luta na Carolina do Norte, em 1982. Ao tomarem conhecimento da iminente contaminação da rede de abastecimento de água da cidade caso fosse nela instalado um depósito de policlorinado de bifenil, os habitantes do condado organizaram protestos maciços, deitando-se diante dos caminhões que para lá traziam a perigosa carga. A população local era composta de 84% de negros; face a tais evidências, estreitaram-se as convergências entre o movimento dos direitos civis e dos direitos ambientais. Cunhando-se assim o termo racismo ambiental.<sup>1</sup>

A educação ambiental pode ser uma alternativa para se pesquisar a educação quilombola e as relações étnico-raciais, já que muitas vezes as duas caminham lado a lado, no favorecimento das populações excluídas, no enfrentamento das

injustiças socioambientais, e nos aspectos educacionais.

Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado intitulada *Por uma contrapedagogia libertadora no Quilombo de Mata Cavalo* que aborda algumas questões sobre os processos educativos e suas interfaces da educação ambiental e da educação quilombola. Contudo, os conceitos de justiça ambiental e racismo ambiental serviram de base para todo o processo de pesquisa, por isso os elementos de resistência quilombola são fundamentais para uma educação libertadora como é a educação ambiental que preconizamos.

Era uma vez um quilombo em Nossa Senhora do Livramento, estado de Mato Grosso (...). Houve um tempo quando a cavalaria local, atravessando o riacho, foi pega por uma tromba d'água (...) chovia torrencialmente e todos os cavalos ali morreram.<sup>2</sup>

A Comunidade Sesmária Boa Vida Quilombo Mata Cavalo pertence ao município de Nossa Senhora do Livramento (MT) e localiza-se a aproximadamente 45 km de Cuiabá. A comunidade é de remanescentes de escravos, onde moram aproximadamente quinhentas famílias divididas em seis locais diferentes: Mata Cavalo de Cima, Mata Cavalo de Baixo, Estiva/Ourinhos, Mutuca, Aguaçu de Cima, Capim Verde.

Podemos destacar algumas características da região em seus aspectos ambientais, econômicos, culturais e his-

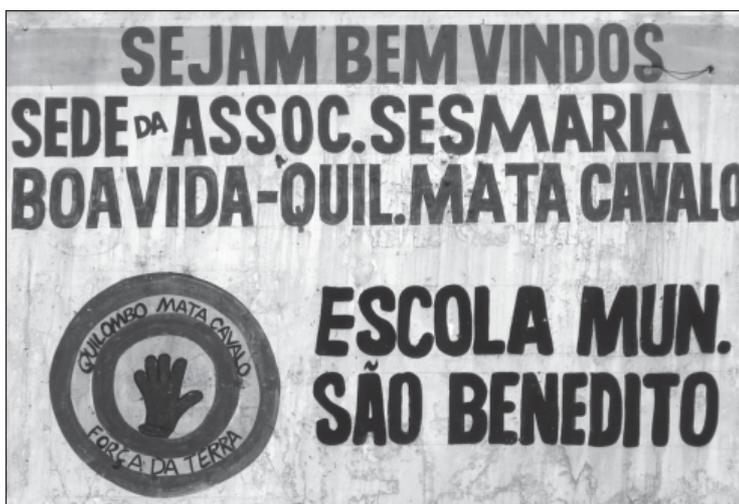
tóricos, para que possamos contextualizar a comunidade. Nos aspectos ambientais podemos destacar que sua paisagem é:

Intermediária entre floresta e campo limpo, apresenta, ao lado de uma vegetação rala, árvores retorcidas do cerrado e matas de galeria. Nas manchas mais ricas do solo têm-se árvores altas e de copas densas, como a aroeira, o angico vermelho, o carandá, dentre outras. Tucanos, araras, tuiuiús, jandaias, dentre outras aves, alegrem os espaços de vida dos livramentenses, onde destacam igualmente jacarés, lagartos, veados, caititus, macacos e capivaras.<sup>3</sup>

A pecuária (sistema de cria e corte), a agricultura de subsistência, a ênfase na produção de banana, farinha, rapadura de cana-de-açúcar, abacaxi, são algumas atividades econômicas realizadas na comunidade de Mata Cavallo. O garimpo de ouro também foi uma atividade bastante

explorada, e ainda representa uma ameaça para os quilombolas e um risco de degradação ambiental.

Nos aspectos culturais da comunidade destacam-se: as festas de santo (São Benedito é o padroeiro de Mata Cavallo de Baixo); a festa do dia 20 de novembro (Zumbi); o Siriri e o Cururu, danças típicas de Mato Grosso (o Siriri é dançado entre homens e mulheres e o Cururu é dançado só por homens). Estas manifestações são presentes nas festas de santo e nos "muxirum"<sup>4</sup> de antigamente. A viola de cocho, o ganzá e um tamborete de couro são os instrumentos utilizados na musicalidade do local. Vale lembrar que os aspectos ambientais e culturais estão presentes em todo momento nas letras das músicas de Siriri e Cururu. Outra manifestação cultural é o culto aos mortos, que reforça as evidências no relatório antropológico para o reconhecimento da comunidade, de que os moradores da comunidade são quilombolas.



Sede da Associação da Comunidade Mata Cavallo de Baixo

**A**

As comunidades ou grupos locais mantêm entre si uma rede de relações sociais que são tecidas, sobretudo, através do intercâmbio de mulheres por casamentos, por mutirões, por “festas de santo” e ritos funerários, quando da perda de um dos quilombolas. Estão unidos, é claro, na luta pela terra, o que envolve os quilombolas dispersos.<sup>5</sup>

Segundo relatos dos moradores de Mata Cavalo, a doação da terra foi realizada pela dona da sesmaria, ainda quando escravos e negros libertos. Podemos ler o trecho dessa doação, na pesquisa de Rosa, Canova e Sousa,<sup>6</sup> que descrevem a referência da escritura de doação (Livramento, 15-9-1883, mss.; Livro de registro 1833-1884; Cartório de Livramento), no qual esta é formalizada, o que corrobora com a história dos descendentes dos negros quilombolas em Mata Cavalo. Em outra pesquisa podemos, também, constatar que a doação das terras foi realizada pela dona da sesmaria:

Mata-Cavalos, uma dessas comunidades (rurais negras tradicionais), sur-

**C**

ge ainda à época da escravidão (1883), quando em vida, a meeira de Ricardo Tavares faz a doação de uma área da Sesmaria Boa Vida a escravos seus (...). A doação registrada em cartório refere-se às terras dos ribeirões de Mata-Cavalos e Mutuca, tributários do ribeirão Santana, nas proximidades da sede do município. Negros tornam-se dessa forma, proprietários legítimos da terra.<sup>7</sup>

Abordando historicamente a questão fundiária de Mata Cavalo, Rosa, Canova e Sousa referem-se a todo o momento ao contexto da doação daquela terra, buscando referendar o ato através de documentos públicos, citando também que “33 anos antes da doação das terras de Mata Cavalos, a área já estava ocupada”<sup>8</sup> e muito provavelmente um acordo entre a dona da sesmaria e os escravos e negros libertos já ocorria para uso da terra coletivamente: “resultado de um acordo, por meio do qual escravos e libertos com ligações de parentesco e/ou laços grupais desenvolvidos no estar juntos, por anos, em uma

**E**

**Viola de cocho da festa de São Benedito**

mesma unidade produtiva, passaram a ter, em comum, a propriedade da terra em Mata Cavalos".<sup>9</sup>

A área sempre teve conflito por terra e inúmeras vezes houve tentativas de tomada da terra dos quilombolas, por fazendeiros e pela elite local. Segundo os mesmos autores, em 1890 houve uma tentativa, a qual não se realizou, de se "expropriar o grupo negro de Mata Cavalos, que sobreviveu íntegro pelo menos até a década de 1930".<sup>10</sup>

A questão do pertencimento e da identidade é muito forte em uma comunidade quilombola, e "ser negro de Mata Cavalos significava, portanto, uma inserção na sociedade de classe mediada pela formação social particular e específica de comunidade negra".<sup>11</sup>

A violência e a expulsão de suas terras por parte de fazendeiros foram e ainda são muito fortes, fazendo com que muitas famílias deixassem as suas casas e fugissem da comunidade quilombola; o que não mudou muita coisa até os dias de hoje, pois constatamos casos de expulsão dos moradores do quilombo em uma viagem de campo realizada. À beira da estrada, marginalizados e oprimidos pelas forças legais e do poder da região, impedidos de terem acesso à terra, o sentimento que se destaca é de completa indignação por parte dos injustiçados quilombolas.

Os moradores quilombolas fazem muitas denúncias, revelando que o documento da doação da terra foi queimado por fazendeiros que os expulsam do local e



**Mastro da festa de São Benedito**

destroem roças e toda criação que possam servir de subsistência. Mesmo a comunidade tendo sido “reconhecida como remanescente de quilombo em 1999, recebendo o título de domínio de 11.722 hectares de terra em julho de 2000 da Fundação Cultural Palmares, que faz parte do Ministério da Cultura”,<sup>12</sup> os conflitos ainda existem evidenciando uma injustiça socioambiental.

A educação ambiental mesmo não podendo mudar o mundo, não pode negar o seu papel transformador e ficar na omissão; pelo contrário, deve contribuir para que comunidades quilombolas, como a de Mata Cavallo, possam ter um meio ambiente sustentável, justiça social, bem como a audiência de suas lutas e valores que fazem parte da nossa própria formação enquanto brasileiros.

#### OBJETIVOS E METODOLOGIA

A proposta de um curso de formação baseado em princípios de uma educação diferenciada se justifica pela percepção de que uma comunidade sujeita a situações de racismo e injustiça ambiental, entre elas a privação à titularidade da terra e, por extensão, aos direitos daí advindos (educação, crédito, transporte, assistência técnica), deve ousar a construção coletiva de “círculos de aprendizagens socioambientais”, articulando sujeito e processo, e horizontalizando as relações.

Justamente por perceber que aspectos da resistência do quilombola se eviden-

ciam em suas manifestações artístico-culturais, no ambiente e na educação, é que pretendemos, na vivência empírica em Mata Cavallo, descrever alguns elementos essenciais como resultados de um curso de formação e, também, da construção de um grupo pesquisador, de aspectos da militância e dos aprendizados dessa vivência em círculos socioambientais. Na medida em que evidenciamos os sujeitos e suas vivências, emergem das discussões toda uma série de problemas tangentes à comunidade em concomitância com aprendizados e táticas<sup>13</sup> que acenam alternativas e possibilidades.

O curso de formação em Mata Cavallo parte sempre dos pressupostos da educação ambiental popular, ou seja, um processo educativo em construção com os sujeitos envolvidos em que, dialogicamente, tanto pesquisadores, professores da comunidade, lideranças, quanto jovens, idosos e crianças, se tornam educadores-educandos. O método, ou melhor, o “não método”, ou os “não objetivos da educação”<sup>14</sup> são oferecidos nos “cardápios de aprendizagem”, em que o aprendizado com grandes possibilidades ocorre, de acordo com os princípios da sociopoética, com o corpo todo.

Assumindo os princípios da sociopoética, que segundo Sandra Haydée Petit<sup>15</sup> “é um novo método de construção coletiva do conhecimento que tem como pressupostos básicos que todos os saberes são iguais em direito e que é possível fazer

da pesquisa um acontecimento poético”, o Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA) não quer somente a junção de indivíduos pesquisadores, mas a construção coletiva da investigação. Por isso, ao invés de grupo de pesquisa, alicerça seu próprio nome como Grupo Pesquisador.

Segundo Marilena Chauí, perceber é uma relação do sujeito com o mundo exterior, e estando o mundo percebido qualitativamente e significativamente, o sujeito, sendo ativo neste mundo, dá às coisas percebidas novos sentidos e novos valores.<sup>16</sup>

O processo formativo na Comunidade de Mata Cavallo possui três vivências dialógicas ancoradas nos princípios da sociopoética. No primeiro momento foram levantados alguns temas de interesse dentro da própria comunidade, em seguida foi elaborada a Vivência dialógica I com a pretensão de se trabalhar com a percepção ambiental, e posterior construção de um mapa ambiental do complexo de Mata Cavallo. Ao se trabalhar com aspectos da percepção ambiental, não pretendemos classificar “bom ou ruim”, “certo ou errado”, mas compreender qual o olhar dos quilombolas sobre o seu ambiente e sobre sua territorialidade.

Na Vivência dialógica II o processo de formação fica a cargo das oficinas pedagógicas/cardápios de aprendizagem, que conciliam os temas surgidos do prognóstico participativo dentro da comunidade e das inúmeras temáticas originadas de

acordo com os projetos de pesquisa. Além das temáticas sugeridas pela comunidade, os conceitos de justiça ambiental e de racismo ambiental aparecem como pano de fundo.

\* \* \*

Apresentando as descrições perceptivas e ações do processo formativo na comunidade é que podemos abrir algumas discussões e interpretações que interligam os conceitos de racismo ambiental e de resistência quilombola. Já destacamos aqui o caráter político e ideológico que a educação ambiental possui, por isso o presente trabalho opta pela construção de sociedades sustentáveis, que, sem negligenciar os aspectos de sobrevivência diária, possam ter no seu território uma sustentabilidade com cuidados socioambientais.

Em Mata Cavallo, as lideranças têm a plena clareza de seus direitos e reclamam que muitos destes direitos ainda não são exercidos de fato. É o caso do reconhecimento do território quilombola que deve ser feito pela própria comunidade, no levantamento da cadeia dominial (que apresenta os aspectos antropológicos, sociais e ambientais que demonstram a área quilombola).

A educação ambiental está, assim, ancorada na perspectiva de uma rede, em que as dimensões de: conhecimento (diálogo de saberes); militância (inclusão social e justiça ambiental) e políticas públicas (democracia) estão interligadas para a

possibilidade da sustentabilidade que defendemos.

Na vivência dialógica em Mata Cavalo, houve uma oficina de justiça ambiental e racismo ambiental com a intenção, sobretudo, de fomentar o debate sobre possíveis conflitos e questões entorno do conceito de justiça e racismo ambiental. Esta atividade foi essencial para compreendermos algumas dimensões da comunidade, e seus conflitos, pelo fato das inúmeras percepções revelarem aspectos socioambientais.

A opressão sofrida em Mata Cavalo está presente não somente no cotidiano, mas essencialmente nas “raízes” históricas da vida de cada quilombola. Da época da abolição da escravatura até pouco tempo atrás, sempre se tentou impedir que os negros manifestassem sua cultura.

Pela própria característica dinâmica dessa cultura, não houve só impedimentos, mas também resistências e afirmações da cultura negra.

Ao se dizer que a opressão está na “raiz” histórica da vida quilombola, não se está de maneira alguma concordando com o discurso universal conformista e determinista de que “a realidade é assim mesmo”.<sup>17</sup> Ao contrário, por saber que o ser humano é histórico, sabemos que mudar é possível e necessário, pois “o mundo não é. O mundo está sendo”.<sup>18</sup>

Os conflitos de terra em Mata Cavalo existem até os dias de hoje; em uma viagem de campo tivemos a oportunidade de visitar uma família que tinha sido expulsada de suas terras, o que os forçou a se abrigarem em barracos à beira da



Poema *Rainhas negras*, de Michèle Sato

estrada e a ficarem sem suas crias e suas plantações, ou seja, sem meios de subsistência.

Durante uma oficina de percepção ambiental, um dos locais que mais era percebido como meio ambiente, para os moradores, era justamente a casa, ou seja: o quintal, a roça, o lar onde cada família se constituía.

Essa é a casa onde eu moro, mas ela não é bonita foi feita rápido porque eu não tinha onde morar. (...)

Eu já tenho minha morada, quero uma morada boa, porque na minha morada eu posso construir e produzir tudo o que quero.<sup>19</sup>

Estas falas revelam que o processo histórico de opressão é marcante na vida de toda comunidade. Dona Estivina, membro da comunidade, afirma que “a história dos escravos foi toda destruída, tacaram tudo no fogo”. Mas, pela tradição da oralidade, a história da resistência quilombola permanece viva e não cala as atrocidades vividas. Ao falar dos fazendeiros, os moradores revelam o não comprometimento dos mesmos com o processo histórico dos quilombolas: “eles não têm história” diz d. Maria. Paulo Freire afirmou que “a opressão, que é um controle esmagador, é necrófila. Nutre-se do amor a morte e não do amor à vida”.<sup>20</sup>

A todo o momento é relatada uma experiência de opressão vivida pelos quilombolas. Freire declara que “qual-

quer que seja a situação em que alguns homens proibam aos outros que sejam sujeitos de sua busca, se instaura como uma situação violenta”.<sup>21</sup> Fazendeiros expulsam os moradores do local e a relação opressor-oprimido se instaura como uma das interferencialidades existentes em Mata Cavallo. “É só os fazendeiros saírem, para a gente poder plantar e trabalhar mais”, fala uma moradora do quilombo. Em uma das viagens de campo constatamos que “grande parte dos danos ecológicos existente na área da antiga terra de sesmaria foi causada pelos fazendeiros da localidade (...). A opressão é um fenômeno pulsante em Mata Cavallo, e a história e as narrativas pessoais revelam que a dor racial é somada ao processo de injustiça socioambiental”.<sup>22</sup>

O vínculo das comunidades quilombolas com sua historicidade, baseado em resistência e luta, é um aspecto fundante do universo simbólico e da consciência coletiva dessas comunidades.<sup>23</sup> A historicidade em Mata Cavallo é descrita também nas festividades e lutas do local, pois muitos afirmam que voltaram para a comunidade “para buscar o direito do meu bisavô”, remetendo a suas ancestralidades.

A luta pela liberdade do escravo remete aos seus antepassados e sua existência incorpora a magia das gerações. Em Mata Cavallo, os ancestrais estão vivos também. No depoimento de dona Estivina, a re-

**A**

cuperação do filme latente na minha esperança humana se expressa pelo seu compromisso firmado com seu pai. Tão logo suas terras sejam reconhecidas, sairá de sua existência territorial. A cartografia é sucumbida pela força que enlaça seus familiares – sua luta é pela memória de seu pai, não pelas terras. De fato, não haverá território geográfico, ou biologicamente definido, não fossem as manifestações de memórias e sangues da vida humana. No biorregionalismo, a cartografia solicita a cultura humana – a Terra solicita sujeitos historicamente políticos.<sup>24</sup>

**C**

Mesmo com muitos sacrifícios e medo de ser despejada, a família de dona Estivina até os dias de hoje realiza a festa de São Sebastião. Logo após um despejo ocorrido na comunidade, outro morador, seu Norberto, relatou que “até no despejo nós comemoramos as festas”. Segundo reportagem de Jão Guató, os conflitos de terra em Mata Cavalo já duram mais de trinta anos:

**E**

A omissão do Estado brasileiro e do governo estadual vem de longe e a situação dos quilombolas fica cada vez mais grave. Já houve despejos, queima de barracos, pessoas presas e até conflitos armados (...) com 495 famílias aguardando



**Morador quilombola despejado**

a demarcação da terra, a comunidade vive hoje em uma área reduzida e a todo o momento são impedidos de cultivar até suas roças para sua subsistência.<sup>25</sup>

No despejo ocorrido no dia 4 de junho de 2008, algumas ações de militância política se entrelaçaram com as dimensões éticas e de práxis das pesquisas desenvolvidas pelo GPEA.

Na véspera do Dia Mundial do Meio Ambiente comemorado no dia 5 de junho deste ano – oito famílias quilombolas – cerca de 30 pessoas – foram despejadas da propriedade rural conhecida como fazenda Estiva (...). Oficiais de Justiça, com apoio da Polícia Federal, cumpriram um mandado de reintegração de posse expedida pelo juiz federal substituto da 2ª Vara, Mar-

celo Aguiar Machado. A ação foi impetrada pelo fazendeiro Miguel Santana da Costa, 64. Ele alega que a propriedade é familiar, foi passada para ele por seu pai e fora invadida por desconhecidos. Os quilombolas acusam os policiais federais de terem agido com arbitrariedade. Três pessoas foram detidas acusadas de desacato a autoridade e obstrução de trabalho da Justiça. Foram presos Gonçalina Eva de Almeida e Silva, uma das principais lideranças do Quilombo de Mata Cavallo, Adelino Alves e Emiliano Venâncio e Santos.<sup>26</sup>

Diante de um despejo abusivo e de todo empecilho burocrático, o GPEA e a Comunidade Quilombola de Mata Cavallo, juntamente com outros movimentos e instituições, resolveram realizar um ma-



**Casas de moradores despejados**

A

nifesto em defesa de Mata Cavalo, para que nossas vozes ressoem até as autoridades e que um enfrentamento contra esta situação de injustiça ambiental aconteça.

O reconhecimento do território é apenas uma das inúmeras ações para que políticas públicas se efetivem e os quilombolas possam garantir uma vida digna e com cidadania. Este não reconhecimento impede uma série de possibilidades de políticas voltadas para a área de saúde, agricultura familiar, economia solidária e educação.

Uma educação que não passa pela libertação dos sujeitos, jamais será uma educação libertadora como tanto preconizava Paulo Freire. Gonçalves, em entrevista à *Revista Sina*, em maio/junho de 2008, afirmou que:

A gente sabe que existem políticas públicas destinadas para a comunidade quilombola, só que pela falta de regularização fundiária estamos perdendo esses benefícios (...). Eles destinam as políticas públicas para os quilombolas, mas não conhecem a realidade que vivemos. Assim, acaba ficando difícil para nós sermos beneficiado com as políticas públicas. Como a maioria das comunidades quilombolas não tem o documento, sofrem todo tipo de despejos. Com isto, temos o projeto, existe o dinheiro, mas não podemos obter o benefício. Ou seja, não chega onde tem que chegar.

C

Reunidos na praça pública, com vozes, corpos, e presenças de pesquisadores, militantes, quilombolas, e outros movimentos sociais, um processo educativo surgia, não mais dependendo da vontade de outros e não mais na espera que as coisas aconteçam. No momento do ato público, no instante que todos e todas se tornaram sujeitos em um coletivo educador, a fenomenologia e a sociopoética puderam ser percebidas enquanto possibilidade de uma pesquisa. Desse modo, muito além de construções teóricas e desconectadas de uma realidade educativa, nossas pesquisas se tornam também, de forma política e conceitual, uma práxis educativa coletiva e transformadora.

Podemos descrever que, de imediato, o ato público fez com que a relação do poder público com as lideranças quilombolas, se tornasse pelo menos uma relação de respeito e de mais atenção. Logo após o ato público, a professora Gonçalves esteve em Brasília para um encontro para debater políticas públicas para os quilombolas, tendo relatado que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se prontificou a “agilizar” o processo de Mata Cavalo.

O ato público, para além de resultados pontuais, que são importantes, representou um processo político-educativo permanente. Somente com uma concepção de educação abrangente é que podemos, sim, contrapor Gadotti, que pondera que “esse tempo em que a escola ousa-

E

damente vai as ruas não é nosso tempo”,<sup>27</sup> e referendar que o tempo da educação é este sim, e é nas ruas! Portanto, tendo como referências movimentos, contestações, atitudes, revoluções que con-

trapõem uma cultura dominante, hegemônica, individualista. Uma educação que se torne contracultural, contrapedagógica, pelos chãos de terra da educação ambiental.

## N O T A S

1. SATO, Michèle et al. Territórios quilombolas e justiça ambiental. *Fascículo de Educação Ambiental*, Cuiabá, GPEA/PPGE/UFMT, n. 4, 2008.
2. SATO, Michèle. Mata Cavalos. *Fascículo de Educação Ambiental*. GPEA/PPGE/UFMT, n. 1, 2008.
3. Laudo pericial histórico-antropológico: Comunidade Negra de Mata Cavalos. Dr<sup>a</sup> Edir Pina de Barros (antropóloga/perita). Processo nº 2002.36.00.00.6620-8/ da 2ª Vara da JFMT.
4. Muxirum eram os mutirões que os moradores da comunidade faziam para cultivar as roças, cada dia em uma roça e sempre com as tarefas bem divididas e em conjunto.
5. Laudo pericial histórico-antropológico: Comunidade Negra de Mata Cavalos, op. cit.
6. ROSA, Carlos; CANOVA, Loiva; SOUSA, Nelma de. Escravo e terra em Mato Grosso: o caso de Livramento (1727-1883). *Cadernos do Neru*. Escravidão Ponto e Contraponto. Cuiabá, EdUFMT, n. 2, dez. 1993, p. 34.
7. BANDEIRA, Maria de Lourdes; SODRÉ, Triana de Veneza. O Estado Novo, a reorganização espacial de Mato Grosso e a expropriação de terras de negros (o caso de Mata Cavalos). *Cadernos do Neru*. Escravidão Ponto e Contraponto. Cuiabá, EdUFMT, n. 2, dez. 1993, p. 97.
8. ROSA, Carlos; CANOVA, Loiva; SOUSA, Nelma de, op. cit., p. 43.
9. Idem, ibidem, p. 48.
10. Idem, ibidem, p. 51.
11. BANDEIRA, Maria de Lourdes; SODRÉ, Triana de Veneza, op. cit., p. 99.
12. Reportagem: Resistência se chama Mata Cavalos. Por Leonardo Gregianin em 24/5/2003. Disponível em: [www.midiaindependente.org.br](http://www.midiaindependente.org.br)
13. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2005.
14. Acessado em: <http://www.cpcd.org.br/>
15. PETIT, Sandra Haydée. *Sociopoética: potencializando a dimensão poiética da pesquisa*. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação. Arquivo em pdf.

16. CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1997.
17. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 78.
18. Idem, *ibidem*, p. 79.
19. Falas de moradores quilombolas.
20. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, p. 74.
21. Idem, *ibidem*, p. 86.
22. SATO, Michèle et al., *op. cit.*
23. OLIVEIRA, Bárbara. Saberes tradicionais de saúde. *Educação Quilombola*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, TV Escola: Salto para o Futuro, Boletim n. 10, jun. 2007, p. 16.
24. SATO, Michèle. *Impressões de uma viagem de campo em Mata Cavallo*. Cuiabá: GPEA-UFMT, 2008 (mimeo).
25. GUATÓ, João. A luta das mulheres pelas terras de Mata Cavallo: esses passos vêm de longe... *Revista Sina*, ano 2, n. 16, Mato Grosso, mai./jun. 2008.
26. Idem.
27. GADOTTI, Moacir. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1980, p. 73. (Coleção Educação Contemporânea).

---

Recebido em 26/2/2009  
Aprovado em 16/3/2009